

## Considerações sobre o reconhecimento de filho adúltero — Ação negatória de paternidade e anulação de registro de nascimento — Legitimidade — Interesse — Prazo decadencial

SÉRGIO SEIJI SHIMURA  
Promotor de Justiça — SP

### Reconhecimento de filho adúltero — Ato válido e eficaz

A lei civil presume que o filho nascido na constância do casamento seja legítimo, ainda que anulado (art. 217 do Código Civil), ou mesmo nulo, se contraído de boa-fé (art. 337, CC). E esta presunção ocorre também quanto aos filhos nascidos 180 dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal ou nascidos dentro dos 300 dias subsequentes à dissolução da sociedade conjugal, por morte, separação judicial ou anulação, nos termos do art. 338, CC. Portanto, havendo casamento, os filhos daí resultantes são considerados legítimos, didaticamente considerando.

Doutra parte e, de conseguinte, inexistindo casamento, o filho havido de relações extramatrimoniais é considerado ilegítimo. Vale dizer, sem casamento, a filiação é ilegítima.

No entanto, não raro o pai adúltero reconhece o filho, ilegítimo, no próprio assento de nascimento. Daí a discussão em se saber se tal ato é nulo, insanável, ou válido, mas ineficaz enquanto perdurar a sociedade conjugal, ou válido e eficaz, produzindo todos os efeitos de lei.

Fazendo uma retrospectiva a respeito da possibilidade do reconhecimento do filho ilegítimo pelo pai adúltero, temos a seguinte evolução:

- 1) Código Civil (1916): Pelo art. 358, os filhos incestuosos e adúlteros não podiam ser reconhecidos.
- 2) Decreto-lei n.º 4.737/42: o adúltero podia ser reconhecido depois do desquite.

3) Lei n.º 883/49: art. 1.º — o adúltero podia ser reconhecido após a dissolução da sociedade conjugal.

4) Lei n.º 6.515/77: art. 51 — o adúltero podia ser reconhecido mesmo na vigência da sociedade conjugal, por testamento cerrado e, nessa parte, irrevogável.

5) Lei n.º 7.250/84: o adúltero também podia ser reconhecido, havendo separação de fato por mais de 5 anos.

6) Constituição Federal de 1988 (art. 227, par. 6.º): equiparou toda espécie de filiação, proibindo qualquer discriminação.

7) Lei n.º 7.841/49: Revogou o art. 358 do Código Civil.

8) Provimento n.º 355/89 do Conselho Superior da Magistratura de São Paulo: o reconhecimento de filho independe do estado civil dos genitores ou de eventual parentesco entre eles, podendo ser feito no próprio termo de nascimento, por escritura pública ou por testamento (art. 3.º).

Vê-se que da proibição total do reconhecimento do filho adúltero, hoje, com avançado sentido social e humano, a legislação permite, incondicionalmente, tal perfilhagem.

Mesmo antes da Carta Magna de 1988, seja na doutrina, seja na jurisprudência, a corrente mais liberal e pioneira já vinha admitindo a validade do registro do nascimento do filho, embora sem eficácia enquanto perdurasse o matrimônio.

“É válido o reconhecimento de filho adúltero feito pelo pai no registro de nascimento. Diferenciações farisaicas na aplicação do Dec.-lei n.º 4.737/42 e da Lei n.º 883/49, sob a invocação indesmentível de ser a família legítima o centro ético da sociedade, deixavam ao oblívio as vítimas inocentes dos desmandos dos pais; e eram anatematizadas pelos erros que não cometeram e suas pretensões tidas como desagregadoras. Em lenta formação, a jurisprudência foi arredando o vício inquinativo do ato. É que em face da legislação vigente já não se pode ter como absoluta a proibição de reconhecimento de filho adúltero, desde que a este se assegure acionar o pai em segredo de justiça para efeitos de prestação de alimentos, como ao pai, dissolvida a sociedade conjugal, é permitido o reconhecimento. (...) E incivil seria remeter o adúltero às vias ordinárias da investigação de paternidade, quando esta foi solenemente declarada por quem podia fazê-lo”.<sup>1</sup>

O registro de nascimento noticia um fato cujos efeitos jurídicos devem ser submeter ao ordenamento legal. Não se pode declarar a nulidade de um fato, mas, simplesmente, conceder-lhe a eficiência que lhe possibilita o Direito Positivo. Atualmente, não se nega aos filhos adúlteros, mesmo antes de lhes ser aberta a possibilidade de ajuizar ação de investigação de paternidade, o ensejo de pleitear alimentos como decorrência de sua posição ilegítima no que diz respeito à filiação. Inconsequente seria decretar uma nulidade apenas por excessivo apego ao formalismo já ultrapassado.<sup>2</sup>

No mesmo sentido: RTJ 32/458, 48/694, 65/835-837, 71/557; RJTJSP 13/94, 36/213, 49/122, 54/124, 69/203, 82/201, 90/306, 92/213; RT 210/139, 223/159, 230/99, 264/317, 322/191, 323/321, 352/120, 409/173, 415/131, 435/192, 440/229, 443/310, 454/283, 457/216, 509/244, 510/124, 522/80, 524/217, 525/224, 533/92, 534/11, 538/74, 545/228, 556/105, 590/77, 610/66.

1. TJSP, Rel. OCTAVIO STUCCHI, RT 8/33/92-93.

2. TJSP, Apel. n.º 26.034-1, de 21.12.82, rel. VALENTIM SILVA.

O reconhecimento de filho adúltero por pai casado é meramente ineficaz. Verifica-se que, do reconhecimento, decorre para o filho um estado, estabelece-se para ele uma relação de parentesco, surge o direito a uma denominação patronímica, assegura-se-lhe proteção, e fica ele, se menor, submetido ao pátrio poder. Vê-se que o reconhecimento importa tornar exigível e civil a obrigação natural de alimentos e garante-lhe os direitos sucessórios; portanto, direitos patrimoniais e não patrimoniais.<sup>3</sup>

A teoria geral das nulidades não se aplica de modo ortodoxo ao Direito de Família. Na espécie, não podem ser esquecidas as consequências resultantes das disposições legais que visam à proteção dos filhos. (...) Nesta esteira de entendimento vem-se orientando a jurisprudência mais liberal de nossos Tribunais, declarando a inexistência de nulidade do registro de nascimento do filho adúltero e sobrestando apenas a sua eficácia enquanto perdurar a sociedade conjugal.<sup>4</sup>

De fato, se o filho adúltero podia acionar o pai para obter alimentos, é porque o registro era válido.

Tudo isso, antes da Carta Federal de 1988.

Hoje, a Constituição aboliu qualquer distinção na filiação. Insistir na tese da nulidade é fechar os olhos para uma jurisprudência construtiva de duas décadas que sensibilizou o legislador maior, além de continuar a impor ao menos culpado, se é que se pode dizer assim, uma situação injusta e constrangedora.

Se assim era, sob a égide do texto constitucional anterior, *a fortiori* tal entendimento deve ser observado, com a modificação operada na disciplina da filiação, afastadas as distinções existentes, segundo o art. 227, par. 6.º, CF. A distinção entre filhos legítimos e ilegítimos, portanto, veio a ser abolida como já o fizera o Direito soviético (art. 25), romeno (art. 26), da Tchecoslováquia (par. 11, n. 2), da Bulgária (art. 76), da Albânia (art. 17), da Alemanha (par. 33) e da Espanha, como anota Washington de Barros Monteiro.<sup>5</sup>

O art. 277, par. 6.º, da CF é magnífico pelo que representa de avanço no Direito de Família pátrio. Quebra uma das mais deploráveis hipocrisias naquele ramo do Direito, de efeitos perniciosíssimos, consistente em punir os filhos ilegítimos por eventos, no tocante aos quais não têm eles qualquer responsabilidade. O texto constitucional precisa ser recebido em toda a sua evidente amplitude, não se buscando cerceá-lo. Não permite ele sequer se fale, agora, em expressões como ilegítimo, adúltero, espúrio, incestuoso (salvo para fins didáticos e de tipologização doutrinária). Todos os dispositivos legais estruturados em função daquelas diferenças são inconstitucionais ou restam sem sentido e esvaziados. Profunda a modificação, a reclamar do intérprete e aplicador visceral desapego às concepções superadas.<sup>6</sup>

### Ação negatória de paternidade — Legitimidade “ad causam”

Apesar da proibição de qualquer discriminação, há pais que insistem em pretender anular ou retirar a eficácia do reconhecimento por ato registrário, seja por arrependimento, seja por alegação de ter sido induzido a erro quanto à pessoa da

3. CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA, Reconhecimento de Paternidade e seus Efeitos, Forense, 1977, págs. 81/91.

4. JOÃO FRANCISCO MOREIRA VIEGAS, Artigo in RT 605/283.

5. Curso de Direito Civil, 2.º vol., Saraiva, 19.ª ed., págs. 241/242. No mesmo sentido: RJTJSP 118/337, 119/113.

6. SERGIO URSCHOW PEREIRA, Revista AJURIS, vol. 45/150.

genitora do filho adulterino. E pior, através de ação negatória de paternidade, visando destruir o vínculo de parentesco que surge do reconhecimento do pai adulterino em relação ao filho ilegítimo.

Ora, é sabido que na filiação legítima, os problemas atinentes ao estado devem ser resolvidos mediante pronunciamento judicial em ação própria. Em regra, as ações de estado ou prejudiciais estão submetidas a regras especiais quanto à legitimação para propô-las, à imprescritibilidade, aos prazos decadenciais, distinguindo-se principalmente pelo fim a que se destinam.<sup>7</sup>

No capítulo II, Título V. (arts. 337 a 351, CC) vêm previstos três tipos de ações que envolvem a filiação legítima: 1) ação negatória de paternidade (ou segundo outros: contestação de paternidade; contestação de estado) prevista no art. 340; 2) impugnação da legitimidade, aludida no art. 348; 3) ação de filiação legítima (ou ação de prova de filiação legítima), conforme art. 350, CC.

Particularmente, no tangente à ação negatória de paternidade, prevista no art. 340, CC. ressalte-se que se trata de deferida ao marido para infirmar a paternidade de filho nascido de sua mulher; enfim, para afastar a presunção de que o filho da mulher casada é, sempre, de seu marido.

O demandante, ao ajuizar a ação, tem por objetivo a destruição do vínculo da paternidade que traz como consequência inevitável a cessação da legitimidade, **a priori** estabelecida em lei pela simples existência do vínculo conjugal entre a mãe e o marido dela.<sup>8</sup>

Com efeito, o capítulo II, título V, Livro I, do Código Civil, dispõe sobre a filiação legítima. E o art. 340 do Código Civil menciona: "A legitimidade do filho concebido na constância do **casamento**, ou presumido tal (arts. 337 e 338), só se pode contestar, provando-se: I) Que o **marido**... II) Que a esse tempo estavam os **cônjuges** legalmente separados.

O art. 343 proclama que não basta o adultério da mulher, com quem o **marido** vivia sob o mesmo teto, para ilidir a presunção legal de legitimidade da prole; o art. 344, diz que "Cabe **privativamente ao marido**... nascidos de sua **mulher**"; e o art. 345 alude aos herdeiros do **marido**.

Isto tudo para dizer que, no que tange à legitimidade, só o marido, que não se confunde com concubino, companheiro, desquitado ou divorciado. Só o homem casado possui tal titularidade; e mais: relativamente a filho legítimo. O autor deve possuir essa qualidade, que resulta da relação entre um sujeito e um objeto: essa qualidade é aferida em função de ato jurídico realizado ou a ser praticado ou, mais especificamente, da relação entre o sujeito e a relação jurídica.<sup>9</sup>

Enfatize-se que se denomina "legitimação" a coincidência entre a situação jurídica de uma pessoa, tal como resulta da postulação formulada perante o órgão judicial, e a situação legitimamente prevista na lei para a posição processual que a essa pessoa se atribui, ou que ela mesma pretenda assumir. Diz-se que determinado processo se constitui entre partes legítimas, quando as situações jurídicas das partes, sempre consideradas **in status assertiones**, isto é, independentemente de sua efetiva

ocorrência, que só no curso do próprio processo se apurará, coincidem com as respectivas situações legitimantes.<sup>10</sup>

Assim, tenho que a ação negatória de paternidade não se mostra correta, por ilegitimidade ativa **ad causam**, se usada por aquele que pretenda desconstituir os efeitos que o assento de nascimento do filho adulterino produz.

### Interesse processual — Adequação da via utilizada

Como decorrência da legitimidade para agir, acima mencionada, surge a questão do interesse de agir pela adequação do meio utilizado pelo autor.

Entende-se como interesse processual, ou de agir, o interesse na utilização do Poder Judiciário, na necessidade concreta do processo e na adequação do provimento e procedimento pretendidos. A utilidade deve ser jurídica, a proporcionar uma vantagem no patrimônio jurídico do autor, através da maximização dos resultados processuais com a minimização de esforços e de dispêndio de tempo e dinheiro.

Além disso, mister se faz que haja atuação adequada da Justiça. Isto porque a opção por um provimento ou procedimento inadequado retira em grande parte a utilidade da ação, obrigando a máquina judiciária a esforço inútil e, sob o prisma da administração da Justiça, detrimental para a coletividade. Se o direito processual estatuiu padrões para a atuação da jurisdição na conformidade com o objeto litigioso veiculado no processo, o fez estabelecendo a craveira para a utilidade dessa atuação. Violar tais padrões atinentes aos provimentos e procedimentos será minimizar a utilidade operacional da máquina judiciária, que, se impossível a compatibilização do atriante pedido com os cânones procedimentais, deverá rechaçá-lo, por inadmissível.<sup>11</sup>

Pois bem. Se o pai adúltero pretende retirar os efeitos que o registro de nascimento produz, a via apropriada não pode ser a negatória de paternidade. A desconstituição do registro de paternidade pretendida por quem a reconheceu espontaneamente, declarando-a ao oficial público, não pode ser por via da negatória de paternidade, porque esta é própria e privativa do marido, em relação aos filhos nascidos na constância do casamento (art. 344, CC).<sup>12</sup>

Vê-se, pois que se trata de ação personalíssima e com condições pré-definidas taxativamente, consoante já se decidiu:

"Negatória de paternidade — Impossibilidade jurídica do pedido — Processo extinto — A legitimidade do filho concebido na constância do casamento só pode ser contestada se a alegação estiver amparada nos fatos apontados no art. 340 do CC, cuja enumeração é taxativa".<sup>13</sup>

Cabe somente se o marido se achava fisicamente impossibilitado de coabitar com a mulher nos primeiros 121 dias, ou mais, dos 300 que houverem precedido ao nascimento do filho; ou se os cônjuges estavam legalmente separados (art. 340, I e II, CC).

10. J.C. BARBOSA MOREIRA, Apontamentos para um Estudo Sistemático da Legitimação Extraordinária, Direito Processual Civil (Estudos e Pareceres), RJ, Borsoi, 1971, pág. 59, n. 1.

11. DONALDO ARMELIN, Legitimidade para agir no direito processual civil brasileiro, RT, 1979, pág. 59.

12. Agravo de Instrumento n. 113.634-1, TJSP, Rel. CESAR PELUSO, RJTJESP vol. 120/374. Bem assim, Calo Mario da Silva Pereira, Instituições de Direito Civil, vol. V, Forense, 5.ª ed., pág. 156, STF RE 82.124-4, Rel. ANTONIO NEDER, Repro vol. 27/223.

13. STF, RT 602/261.

7. ORLANDO GOMES, Direito de Família, 1.ª ed., Forense, pág. 223, n. 138, ANTONIO CARLOS MARCATO, artigo intitulado Reconhecimento dos Filhos Ilegítimos, RT vol. 606/13.

8. MARIO DE AGUIAR MOURA, Tratado Prática da Filiação, vol. 1, Ed. Aide, 1987, pág. 97.

9. TERESA ARRUDA ALVIM PINTO, Nulidades da Sentença, RT, 1987, pag. 19.



Demais disso, no caso de separação legal (art. 340, I), o motivo não vale se os cônjuges mantiveram um único encontro amoroso (art. 341). E a impotência argüida deve ser absoluta, vale dizer, seja *coeundi* ou *generandi*, mas desde que inapto para procriar (art. 342).

Fora dos casos textual e taxativamente previstos em lei, inviável a ação negatória de paternidade.<sup>14</sup>

E a ação correta é a de anulação de ato jurídico, ou mesmo declaratória de nulidade, dependendo do caso. Se o fundamento for erro quanto à pessoa, então, a primeira é a apropriada. Não há negar que o ato de reconhecer o filho ilegítimo por declaração no Cartório de Registro Civil constitui num ato jurídico, vez que se trata de ato lícito tendente a adquirir, resguardar, transferir e modificar direitos, *ex vi* do art. 81, CC. E um de seus defeitos é o erro, configurando vício de consentimento. Se o ato praticado mediante erro pode ser ratificado, consoante dispõe o art. 148, CC, é porque não é nulo de pleno direito.

Se o pai adúltero atribui à genitora do ilegítimo conduta desregrada, que foi levado a equívoco quanto à sua personalidade, enfim que teve uma falsa representação das qualidades da pessoa, isso configura erro, regrado pelos arts. 86 e seguintes do diploma civil.<sup>15</sup>

E, se se pretender anular o registro — como ato jurídico que é — mister se faz que se obedeça aos prazos estatuídos igualmente pela lei civil. Advirta-se que se trata de anulação de ato jurídico, não valendo tais considerações se o ato (registro) for absolutamente nulo, como, por exemplo, se houver reconhecimento para burlar a lei, ou se o reconhecimento for de alguém que já possui registro de nascimento, ou mesmo se firmado por absolutamente incapaz. Nestas últimas hipóteses, o ato é nulo, nos termos do art. 145, CC. E, havendo reconhecimento dessa forma, então é plenamente possível nulificar o assento de nascimento a qualquer momento.

Inobstante, se o registro de nascimento foi feito porque o pai adúltero foi induzido a erro, então existe prazo fatal a regular a correspondente ação, como a seguir se verá.

## Decadência

Seja ação negatória de paternidade, seja ação de anulação de registro, inarredável a obediência aos prazos decadenciais — alinhados pelo art. 178, CC.

O transcurso do tempo, sem ação do interessado, acarreta consequências no campo jurídico. A inércia presume o desinteresse. A negligência tem o seu castigo, como se deduz do brocardo *dormientibus non succurrit jus*. Doutro lado, as relações jurídicas têm que possuir um mínimo de estabilidade e os efeitos da prescrição ou da decadência encontram-se respaldados em medida de política jurídica e social, portanto de ordem pública.

Uma questão não pode ficar *ad eternum* em aberto. Não seria razoável exigir que um filho ficasse eternamente na expectativa do capricho do pai em propor ou não a ação tendente a anular o registro de nascimento, sob pena de a vida inteira ficar na ameaça de perder o seu *status* familiar. Permitir que uma ação negatória de

paternidade vingue a qualquer tempo é o mesmo que autorizar, daqui a 50 anos, por exemplo, a sua propositura, desmoronando toda uma situação de equilíbrio e harmonia que o tempo criou e pacificou. É preciso que determinadas relações jurídicas, principalmente a de filiação, reconhecida por registro no Cartório Civil, sejam consolidadas com o tempo.

Quando a ação e o direito têm origem comum, trata-se de prazo de caducidade. Assim o é *in casu*. O direito de contestar a legitimidade dos filhos nasce ao mesmo tempo que a ação conferida ao marido burlado. Porém, se o direito preexiste à ação, que só aparece com a violação daquele, o prazo, é de prescrição. Desse modo, ilustrativamente, o intervalo concedido ao autor para exercer ação contra o violador de sua obra literária é de prescrição, porque o direito autoral já existia quando foi lesado e só da lesão é que resulta a ação. Portanto, o que parece certo é que todas as hipóteses do art. 178 do Código Civil que se referem às relações de direito de família são de caducidade, e não de prescrição.<sup>16</sup>

Se o marido não contestou, por via do contraditório amplo a legitimidade, *opportuno tempore*, nem mais ele, nem o filho legítimo poderiam manejar qualquer tipo de ação que tenha por objeto elidir a legitimidade consolidada.<sup>17</sup>

Se até para o filho — ao qual a norma protetiva se dirige — existe o prazo de 4 anos para impugnar a filiação (art. 362), com mais forte razão, deve haver um prazo para que o pai negue tal perfilhação.

E o prazo é decadencial. A despeito da referência à prescrição feita na lei, o prazo é de caducidade, não admitindo, destarte, suspensão ou interrupção.<sup>18</sup>

A propósito, Nelson Luiz Pinto escreve, adotando o critério de Agnelo Amorim Filho, que sempre que um prazo foi imposto pela lei para dedução de uma pretensão condenatória, estaremos diante de um prazo prescricional. Quando, porém, o prazo disser respeito à dedução de uma pretensão constitutiva, será ele de decadência. Já, os casos das pretensões constitutivas sem fixação de prazo e os casos de pretensão declaratória, não ficam sujeitas nem à prescrição nem à decadência, podendo ser chamadas de casos de imprescritibilidade. Com relação às pretensões condenatórias, que objetivam uma prestação, estas nunca podem se dizer imprescritíveis, pois os casos não previstos especificamente, reger-se-ão pela regra geral do art. 177 do Código Civil.

Assim, segundo esse critério, são de decadência os seguintes prazos do art. 178 do Código Civil: parágrafos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, I e II; 5.º, II, III e IV; 6.º, I, III, IV, V, XI, XII, e XIII; 7.º, I, VI, VII; 8.º, 9.º, I, “a” e “b”, II, III, IV, V, “a” e “b”, VI; 10, I a IX. Os demais casos são de prescrição.<sup>19</sup>

Nesta perspectiva, nem se alegue que as ações declaratórias são imprescritíveis, já que a negatória de paternidade é constitutiva; portanto, sujeita à decadência.

Não há invocar, igualmente, a Súmula 149 do STF, que menciona: “É imprescritível a ação de investigação de paternidade, mas não o é a petição de herança”.

16. SILVIO RODRIGUES, *Direito Civil*, vol. 1, Parte Geral, 1980, pág. 327. Em igual sentido, ORLANDO GOMES, *Introdução do Direito Civil*, Forense, 6.ª edição, pág. 558-559.

17. MARIO AGUIAR MOURA, artigo na Revista *Ajuris*, vol. 35/201. No mesmo sentido, RT 562/225.

18. SILVIO RODRIGUES, *Direito de Família*, 1979, pág. 289, n. 125. Também WASHINGTON DE BARROS MONTEIRO, *Curso de Direito Civil*, 2.º Vol., Saraiva, 19.ª ed., pág. 241.

19. Artigo publicado na *Repro*, vol. 34/78-89. Em igual sentido, RT 562/225.

14. ORLANDO GOMES, *Direito de Família*, Forense, n. 139, pág. 224. Bem assim, STF, RT 602/261.

15. Ver mais amplamente NELSON NERY JUNIOR, *Vícios do Ato Jurídico e Reserva Mental*, RT, 1983, págs. 29 e seguintes.

Já se decidiu que "A Súmula 149 do STF é inaplicável às ações negatórias de paternidade, posto que se restringe à hipótese de investigação. Conforme o disposto no art. 178, par. 3.º, do CC, a propositura da ação negatória de paternidade está limitada ao período de dois meses contados do nascimento do filho contestado"<sup>20</sup>

É incabível cogitar da imprescritibilidade das ações de estado, visto que tal princípio não atinge o preceito específico da ação negatória do marido, enunciado no art. 178, par. 3.º e 4.º, I, CC.

Os únicos direitos sujeitos à decadência são os potestativos. Só as ações constitutivas caducam. A ação negatória de paternidade caduca, conforme inteligência do art. 178, par. 3.º, do CC. A limitação se justifica, porque a sujeição da parte passiva não deve perdurar eternamente perturbando a paz social.<sup>21</sup>

A decadência da ação negatória de paternidade não pode sofrer paralelo a ser equiparada à imprescritibilidade da ação investigatória de paternidade. É que, sob o tema, o legislador teve em mira, à indiscutível evidência, a proteção do filho: prescritibilidade (*rectius*, caducidade) do procedimento contra ele; imprescritibilidade quando a seu favor. Vencido o prazo, vinga a presunção de paternidade.<sup>22</sup>

A imprescritibilidade da ação investigatória de paternidade não pode ser aplicada, **a contrario sensu**, à negatória, que, diversamente daquela primeira, esta última está na casuística da lei civil (art. 178).

De outro lado, cumpre analisar a ação que, em meu sentir, é a correta na hipótese ora levantada, que é a de anulação de registro, com base em erro sobre a pessoa, a teor dos arts. 81, 147, II, e 348, CC. Anula-se o ato de reconhecimento por vício ou defeito que invalida os atos jurídicos em geral, como seria o defeito de forma ou vício de consentimento.<sup>23</sup>

E, mesmo quanto à anulação de ato jurídico, incide também a decadência, inexoravelmente, nos termos do art. 178, par. 9.º, V, "b", CC, que prevê o prazo de 4 anos.

Sendo assim, a decadência inviabiliza qualquer das ações, se transcorridos 2 ou 3 meses, ou 4 anos. E, com fulcro no art. 219, par. 5.º, CPC, o juiz pode e deve conhecê-la de ofício, extinguindo o processo com julgamento do mérito (art. 269, IV, CPC).

Tudo isso sem considerar o aspecto da irrevogabilidade ou irretratabilidade do reconhecimento. É que o ato de reconhecimento não pode ser revogado só porque o reconhecente se arrependeu e agora quer se desdizer, tanto que a lei do divórcio, no art. 51, estatuiu que, se reconhecido por testamento, a parte da perfilhação é irretratável.

## Conclusões

1) A ação negatória de paternidade é privativa do marido em relação ao filho legítimo.

20. Ap. 73.574-1, TJSP, rel. JORGE ALMEIDA, RT 612/86.

21. TJRJ, rel. GRACCHO AURÉLIO, RT 527/217.

22. STF, RT 527/244. No mesmo sentido, RT 456/247, 562/225. *Data venia*, sem razão o decidido na ap. n. 8.887, TJRJ, RT 538/195, que aliás reconhece que "as exceções à regra da imprescritibilidade das ações de estado têm fundamentos de ordem moral e social."

23. CAIO MARIO DA SILVA PEREIRA, *Instituições de Direito Civil*, vol. V, 5.ª. ed., Forense, pág. 201. Igualmente, o STF (RTJ 32/458).

2) A ação negatória de paternidade só cabe nas hipóteses taxativamente previstas em lei.

3) Se o pai reconhece, no assento de nascimento, o filho adulterino, só mediante ação anulatória pode desconstituir tal perfilhação, se com base em erro.

4) Tanto o prazo para a propositura da ação negatória de paternidade como o da anulação de registro são decadenciais.